

Transcrição do áudio da Audiência Pública do CTR-Rio em 03/04/2008.

(Presidente da Mesa) Boa noite a todos, estamos aqui hoje para a realização de uma audiência pública, referente ao pedido feito a FEEMA para a implantação de um aterro sanitário e a FEEMA, que é o órgão licenciador do Estado, que tem a competência para dizer se o licenciamento irá prosseguir ou não, esta aqui hoje, junto com o empreendedor, junto com a empresa que fez o EIA/RIMA, junto com as pessoas representantes da sociedade deputados, vereadores, e o ministério público também presente, no sentido de nos ouvirmos que momento, em que pé esta este processo de licenciamento. É normal que as pessoas se manifestem de forma democrática e o órgão ambiental esta nesse momento, realizando o pedido de licenciamento. Não tem posição nem contra, nem a favor e esta audiência pública é para trazer mais informações para que esta decisão seja acertada e boa para a sociedade.

Agradecemos a presença de todos e essa audiência pública vai se desenvolver da seguinte maneira. O empreendedor vai apresentar a empresa, o projeto, que esta à disposição há bastante tempo, a FEEMA vai dar sua posição e depois as pessoas da mesa vão responder as perguntas. Essa audiência atrasou, era para começarmos as 19 horas, porque tivemos a visita de um Oficial de justiça, na qual ele trouxe, pessoalmente, uma liminar para a não realização desta audiência pública.

Em seguida, chegou uma determinação do Presidente do Tribunal de Justiça que chegou por fax. Ele pessoalmente ligou, me dando ciência da sua decisão, tornando essa liminar sem efeito. Então todas essas pessoas que estavam aqui conversando tomaram conhecimento dessa sequência de situações, então nos podemos começar essa audiência pública.

Tudo isso que esta sendo dito aqui esta sendo gravado, vai ter uma ata sucinta que vai mostrar exatamente isso e aqui é uma fase é um momento do licenciamento. Ninguém esta dizendo que vai ter empreendimento ou não vai ter. Isso ainda esta na fase de avaliação e essa audiência pública faz parte disso e eu estou feliz que tem tanta gente participando que quem dera se todas as audiências fossem assim, claro que alguns contra, outros à favor, mas todos querendo saber que empreendimento é esse. Então, inicialmente, eu passo a palavra para o representante do empreendedor que vai mostrar como é que foi feito o EIA e como é o empreendimento.

(Representante do Empreendedor) Sr. Presidente, membros da mesa, autoridades e demais presentes, boa noite. Agradecemos a oportunidade por estarmos aqui juntos para a apresentação do projeto do CTR-Rio. A Julio Simões é uma empresa nacional, fundada em 1956, que atua em diversos estados da união. Para dar sustento a tudo aquilo que prevê o nosso contrato, contratou uma equipe multifuncional, extremamente técnico especializada, que foi a responsável pelo projeto. Foi a Cepollina Engenheiros Consultores e eu agora vou passar a palavra para o engenheiro Luis Sergio Kaimoto que fará a apresentação para os senhores. Muito boa noite e obrigado.

(Consultor / Projetista) Senhoras e senhores, boa noite, esse é um momento muito importante, uma oportunidade de mudar o cenário do município e a primeira imagem que surge na mente de muitas pessoas ainda quando se fala em resíduos. A oportunidade de com o CTR-Rio garantir um empreendimento que atenda a todas as exigências e normas técnicas, sanitárias e ambientais. Dentre as características do empreendimento cabe destacar a sua localização, postado a cerca de 1.800 m da Av. Brasil, dos quais 1.200 m sofrerão melhorias do CTR-Rio em termos de asfaltamento e drenagem a sua topografia ambientalmente favorável e sua dimensão, totalizando 3.597.000 m², aonde o aterro sanitário irá ocupar pouco mais de 1/3 dessa área, permitindo que no restante do local se possa implantar vários instrumentos, como o cinturão verde, totalizando 1.500.000 m². Toda segurança de controle na entrada, a utilização das melhores técnicas tanto no âmbito nacional, como internacional e práticas sócio-ambientais corretas. Cabe destacar duas áreas do empreendimento. Uma de 600.000 m², entre a Estrada do Furado e a Vale Sul, que se tornará jazida interna de solo e a área de 3.000.000 m², aonde se implantará o aterro sanitário propriamente dito.

Já entrando na implantação do empreendimento, será instalado todo o sistema de impermeabilização com a garantia de uma proteção do solo e do lençol freático, contando não só com a implantação de camadas argilosas compactadas, como mantas de polietileno - PE, totalmente impermeável, extendendo-se não só à base do terreno, como a todas as superfícies

que possam vir a ter contato com o resíduo. Nenhum efluente será descartado sem que seja devidamente tratado quer seja o chorume, o gás ou as águas pluviais. O chorume gerado pela decomposição do lixo acondicionado em cada uma das camadas do aterro, será drenado pelos elementos internos a cada célula e encaminhado, a partir de drenos impermeabilizados, às lagoas de acumulação. Os gases, por sua vez, serão encaminhados à superfície e queimados, evitando a sua proliferação na atmosfera e já se prevê no projeto a sua captação e o encaminhamento para uma usina de queima centralizada, que será objeto de um licenciamento específico. A implantação de elementos de drenagem de águas pluviais, flexíveis, de modo que se garanta a integridade hidráulica, mesmo com os grandes recalques do lixo.

A qualidade do sistema de disposição de resíduos, garantindo pequenas frentes de disposição, fazendo com que o lixo descarregado seja, imediatamente, compactado com trator de esteira e rolos compactadores e recoberto imediata e continuamente com solo, evitando assim a sua exposição. Além das ações de responsabilidade social com a integração com os moradores e que garanta o desenvolvimento da comunidade, contemplando um Centro de Educação Ambiental, equipamentos urbanos como escola, creche, posto de saúde e áreas de lazer e, para que tudo isso se concretize, será necessário muito trabalho e, já se prevendo a geração de 239 empregos diretos e de 700 indiretos na fase de implantação e 422 diretos e 1250 indiretos na fase de operação. Já se prevê a implantação de um centro de formação com cursos profissionalizantes, que garanta efetivamente a capacitação profissional e com isso, a integração e a utilização/consideração da mão-de-obra local.

O CTR-Rio é um empreendimento que vem para ser mostrado de frente, não só pela empresa, mas por todos aqueles que venham a usufruir, a contribuir da sua implantação, da operação e, com certeza, com orgulho da oportunidade de resgate de se construir um empreendimento com grande qualidade e, nada melhor que as imagens que vão se seguir para consolidar e concluir sobre o CTR-Rio.

FILME CTR-Rio

(Representante da Equipe que elaborou o EIA/RIMA) Boa noite a todos. Meu nome é Eduardo, eu sou integrante da equipe técnica que elaborou o EIA/RIMA que apresento agora para vocês, que tem como finalidade analisar e demonstrar a viabilidade ambiental do projeto, possibilitando o licenciamento ambiental sob responsabilidade da FEEMA, dando assim transparência ao processo de tomada de decisão.

O objetivo do EIA é auxiliar na escolha da melhor área e assim a elaboração do melhor projeto, identificando os possíveis impactos associados, possibilitando a sua minimização ou mitigação e permitir comunicar à sociedade os estudos realizados, dando base para que se tome a decisão sobre a construção do CTR-Rio.

A equipe técnica responsável pelo EIA/RIMA, contou com mais de vinte profissionais das mais diversas áreas da ciência que optaram pela área que vai ser implantado o CTR, como sendo a melhor área para o empreendimento, pois preserva a qualidade de vida da comunidade próxima, tem capacidade para receber o volume de lixo, esta localizada dentro do município do RJ, longe de importantes cursos d'água, com condições de acesso e com o mínimo de interferência com a vegetação. Assim, dentro dessa área foi elaborado o melhor projeto, contando com uma equipe experiente e especializada neste assunto, respeitando as características locais e contemplando todos os sistemas de segurança ao meio ambiente e à comunidade. Assim, resultar em um aterro único e totalmente integrado às condições paisagísticas e topográficas.

Entrando então na análise dos impactos ambientais, os mesmos foram classificados como positivos e negativos e, para os negativos, foram propostas medidas mitigadoras que são as que o empreendedor deve adotar para prevenir, corrigir, minimizar ou compensar os impactos mais negativos previstos.

Já entrando na análise dos impactos ambientais, na possível alteração da qualidade da água, isso não vai acontecer no CTR, uma vez que o projeto já prevê que todo o chorume produzido, será captado e tratado e isso será garantido através de um amplo monitoramento ambiental.

Em relação à interface com a vegetação, a medida proposta para compensar a supressão necessária, será a implantação de um cinturão verde que abrangerá 1.500.000 m² em torno do empreendimento. O cinturão verde já teve sua implantação iniciada com licença da FEEMA e o compromisso do empreendedor é que ele esteja implantado antes da entrada em operação do

CTR-Rio. Em relação aos ruídos, não são previstos impactos ambientais significativos, uma vez estar previsto a manutenção constante das máquinas e equipamentos, tanto quanto a implantação do cinturão verde e também o monitoramento, será a garantia para que o ruído seja mitigado.

Em relação à alteração da qualidade do ar, que resulta pela emissão do gás pelo lixo disposto, as medidas mitigadoras serão a coleta e a queima do gás na saída dos drenos e a instalação de uma usina de aproveitamento de biogás no futuro.

Em relação ao impacto à população pela geração de odor, as medidas mitigadoras propostas serão o recobrimento imediato e contínuo do lixo, a implantação do cinturão verde e a limpeza de todas as carretas que operarão no CTR-Rio.

Em relação à geração de poeira, isso também não vai acontecer no CTR-Rio, uma vez que a mitigação consiste na irrigação constante dos acessos internos, no asfaltamento da Estrada da Paciência e na implantação, novamente, do cinturão verde.

Em relação ao aumento de tráfego de veículos no entorno, as medidas mitigadoras propostas serão o treinamento e fiscalização dos motoristas, as informações a população sobre as alterações previstas no tráfego e a realização da adequação da Estrada da Paciência.

Em relação ao aumento do tráfego de caminhões na Av. Brasil, o estudo garante que o tráfego das carretas até o CTR aumenta no sentido inverso ao aumento do tráfego na Av. Brasil, ou seja, significando impacto pouco significativo.

Em relação à geração de empregos, cadê ressaltar que serão colocados 239 empregos diretos e 700 indiretos na fase de implantação e 422 diretos e 1250 indiretos, na fase de operação.

Isso quer dizer benefício para todos em termos de meio ambiente, saúde pública pela adequada disposição dos resíduos sólidos urbanos do município.

Ainda em relação à implantação de equipamentos urbanos, dentre as medidas compensatórias propostas, cabe ressaltar a instalação de creche, escola, unidade de saúde e áreas de lazer nas áreas do entorno do CTR. Além disso, dentre os benefícios, podemos ressaltar o aumento da área coberta com vegetação no bairro, a melhoria efetiva do micro clima, a possibilidade de retorno de espécies de fauna e a indução de melhorias no entorno.

Dentre os programas de controle ambiental, podemos destacar o plano de qualidade do ar com a implantação da estação de monitoramento, a qualidade com respeito ao monitoramento das águas subterrâneas, a estabilidade do maciço de lixo, o monitoramento da qualidade do efluente lançado e o monitoramento do ruído, ainda o controle dos resíduos que entrarão no CTR, o programa de manutenção de máquinas e equipamentos, o programa de gestão ambiental e educação ambiental e de comunicação social.

Em relação ao programa de comunicação social, cabe ressaltar que as apresentações realizadas pelo empreendedor para os diversos órgãos aqui assinalados, consiste na apresentação e análise detalhada do projeto.

Outras ações foram às visitas a aterros similares ao pretendido.

O Centro de Informações do CTR-Rio em maquete, a disponibilidade de equipes para o esclarecimento e o boletim informativo, tudo isso para deixar bem clara a proposta que a Julio Simões tem no CTR-Rio.

Assim, a equipe que elaborou os estudos ambientais, considera que o empreendimento é ambientalmente viável.

Obrigado a todos pela atenção.

(Presidente da Mesa) Obrigado também a todos vocês que deram atenção. Estão vendo a importância de se discutir um assunto e vocês também, a participação de vocês é importante nesse momento, porque vocês estão vendo quanta gente está se preocupando com vocês. Vocês estão vendo que desde a turma lá de Caxias e a turma aqui também da Zona Oeste, as pessoas estão se preocupando. Nos temos representantes da sociedade, as pessoas estão querendo o melhor para todo mundo e o melhor está sendo discutido aqui.

Vamos agora ouvir, com a mesma atenção, a apresentação da colega da FEEMA que faz parte do grupo de trabalho que vai nos apresentar o que a FEEMA está achando até o momento. Eu vou repetir meus amigos. A licença ambiental é um processo demorado, é um procedimento que todos participam. O que vocês têm que entender é que hoje, não estamos discutindo isso aqui com um monte de gente importante, influente, preocupados com vocês, por que eles estão aqui?, Para tentar melhorar a qualidade de vida de todo mundo, do jeito que eles podem fazer e

influenciar. Então, é uma discussão e toda discussão tem dois lados e a pessoa tem que esclarecer.

Por favor FEEMA, Professora Elaine, apresente pela FEEMA.

(Representante da FEEMA) Boa noite a todos. Eu sou Elaine, Analista Ambiental da FEEMA há trinta anos e faço parte da equipe técnica que avaliou o estudo de impacto apresentado pela empresa Julio Simões.

A equipe técnica que participou dessa avaliação. Bom, em primeiro lugar eu gostaria de falar como esta o andamento do processo. Este processo foi aberto em 2003 pela Julio Simões. Em 2004 o estudo já tinha passado pela avaliação dos técnicos da FEEMA e de 2004, até a presente data, a gente continua no mesmo patamar, a gente continua aguardando a realização e finalização desta audiência pública para que se possa dar prosseguimento ao processo de licenciamento. Nesta etapa a gente avalia a compatibilidade da área com o empreendimento, apenas isso e o empreendedor, para que ele entre em operação, passa por mais dois processos de licenciamento. A de instalação e a licença de operação.

A nossa avaliação se baseia no projeto apresentado pelo empreendedor, nas vistorias que foram realizadas na área, no estudo de impacto ambiental e necessita, para que o processo seja finalizado, da audiência pública e, é com esse objetivo, que hoje nos estamos aqui no Miécimo da Silva.

O empreendimento prevê a disposição de resíduos sólidos urbanos, resíduos da construção civil e resíduos de dragagem. Os cuidados que devem ser tomados com a implantação do empreendimento, dentre eles citamos a proximidade com o lençol freático. Em relação à proximidade do lençol freático, a empresa apresentou todo o projeto de terraplanagem, a distância da base do aterro ao lençol será, de no mínimo, 1 m e, nos locais onde você tenha zona de lençol aflorante, será ainda depositado 1,5 m de solo argiloso, fora isso, além de todo o sistema de terraplanagem e a impermeabilização da base do aterro dentro das normas vigentes, garantirá a proteção do lençol freático.

A contenção das águas pluviais e a não inundação das áreas adjacentes ao empreendimento, também foram contempladas na análise da FEEMA e para isso a empresa propôs a implantação de um canal perimetral em todo entorno da Serra da Paciência, para evitar que as águas pluviais tenham uma influência maior sobre a área do empreendimento. A implantação do canal à montante do Agai e obras de drenagem e canalização do Córrego do Agai. Todos estes projetos foram apresentados e aprovados pela Rio-Águas, garantindo então, que o mesmo possa ser conduzido de forma a não causar danos, impactos, melhor falando ao meio ambiente.

A contaminação dos corpos hídricos também foi contemplada na nossa avaliação e para evitar que isso ocorra foi proposta.

A gente conta com uma operação com cobertura diária de solo, implantação e manutenção da eficiência do sistema de drenagem de águas pluviais, captação e tratamento de chorume. Todas as propostas apresentadas foram, aos olhos dos técnicos da FEEMA, adequadas.

A FEEMA, caso o empreendimento venha a se concretizar, estará acompanhando toda a operação por meio de relatórios periódicos que estará recebendo do empreendedor, onde estará fazendo a avaliação da qualidade das águas da área de influência do empreendimento e dos efluentes tratados e para isso, a FEEMA tem um sistema de controle, que é o sistema PROCON água, onde ela faz todo o controle dessa situação.

Quanto à presença de corpos hídricos na área, há documentação da SERLA corroborando que não há corpos hídricos no local de influência do empreendimento. O corpo hídrico receptor, que é o córrego do Agai, distancia-se da área aproximadamente 600 m.

Quanto ao teor de umidade dos resíduos dispostos, que poderá estar causando instabilidade do sistema, a empresa apresentou a proposta de tratamento de secagem/desidratação destes resíduos, tornando seu teor menor que 70 %, através da implantação de leitos de secagem, para posterior disposição no aterro sanitário.

Quanto à supressão de vegetação, a maior parte da área, como vocês puderam ver no filme apresentado, é constituída de áreas de pastagem. É uma área que já se apresenta, em grande parte, degradada e os remanescentes naturais mais expressivos, ficam limitados aos grotões e vertentes íngremes na Serra da Paciência. Esses remanescentes naturais serão preservados e a empresa já executou, inclusive, com a licença da FEEMA, a implantação da revegetação e de

uma barreira de 1.500.000 m². Ela implantou desde aquela ocasião, desde o momento que ela recebeu a licença da FEEMA ela deu início à implantação deste reflorestamento e vem mantendo, até a data de hoje, em condições adequadas.

A mancha em estado sussecional médio/avançada, localizada próximo ao limite norte da propriedade. Esta é uma pequena mancha e o empreendimento foi analisado e aprovado pelo IEF, que é o órgão do Estado com a competência para tal.

Quanto à presença da linha férrea de Austin, localizada entre as áreas 1 e 2 do empreendimento, a RFFSA emitiu documento informando que esta estrada de ferro não é utilizada e que a mesma encontra-se desativada.

Quanto ao acesso à área, o empreendedor prevê, além da via de acesso principal, que passará por obras na Estrada da Paciência, também prevê uma estrada alternativa de acesso.

Quanto à distância dos aeroportos, que a gente denomina de ASA, a FEEMA comprovou não haverem áreas no município que não pertençam a uma ASA. Estas ASAs se entrecruzam e o empreendimento a ser licenciado é um aterro sanitário e, portanto, não oferecendo risco.

A empresa apresentou, além disso, documento do III COMAR, onde foi informado que o licenciamento pode ser continuado. O estudo informa detectar a presença na área de urubus e que o habitat desta é o habitat natural destas aves. Então, é bom ressaltar isso, porque nas condições atuais, porque é uma área degradada e que vinha sendo utilizada, anteriormente a entrada do empreendedor na área, como depósito de lixo, matadouro, então já existe na área os urubus.

Nesse gráfico, nos representamos nos círculos as ASAs do município e, como vocês podem ver, são muito poucas as áreas que não pertencem as ASAs.

As medidas de controle a serem implementadas, a empresa propõe o monitoramento geotécnico da estabilidade do maciço, o monitoramento da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, o monitoramento e caracterização do chorume e a avaliação da eficiência da sua ETE, o monitoramento de material particulado no ar, o monitoramento de odores provenientes do aterro, a emissão de gás e o monitoramento de ruídos.

A avaliação técnica do estudo de impacto tem por base as informações constantes do processo de licenciamento, do EIA como eu falei e também leva em consideração todos os aspectos jurídicos envolvidos na questão, aos quais não existe, até a presente data, nenhum óbice que impeça a continuidade dessa audiência pública e do processo de licenciamento.

O empreendedor propõe as melhores técnicas e sistemas de controle adequados que deverão ser executados, atendendo as restrições da FEEMA. Os critérios construtivos são bem estabelecidos, seguindo as normas técnicas legais. A atividade adota medidas de monitoramento, prevenção e controle para o seu bom funcionamento, atendendo as normas vigentes.

As medidas mitigadoras propostas são compatíveis com os impactos identificados.

Agradeço a todos e estou à disposição para qualquer esclarecimento.

(Presidente da Mesa) Muito obrigado a Professora Elaine e eu solicito que as pessoas continuem prestando atenção com seu comportamento e aqui vocês já estão elaborando as suas perguntas, já estão pensando e fazendo as suas perguntas que serão respondidas pelas pessoas da mesa.

E agora eu gostaria de convidar o Doutor Marcos Leal, Promotor de Duque de Caxias, que esta aqui representando a sociedade. Mais uma prova de uma pessoa interessada, um lutador nas questões ambientais e nos interesses da sociedade.

(Promotor de Duque de Caxias) Boa noite a todos, Presidente Sr. Gusmão, em nome de quem cumprimento a todos na mesa, boa noite a todos aqui presentes.

Sou Promotor de Justiça de Tutela Coletiva em Duque de Caxias, não tenho atribuição específica sobre a análise técnica do projeto de implantação do CTR-Rio, mas aparentemente, pelo que presenciei aqui, algumas indagações eu poderia fazer e que me afligem. Verifiquei apenas que a menção principal no estudo apresentado em relação às condições físico-química e biológicas do ambiente, eu não vi nenhuma referência mais detalhada sobre os aspectos sociais, os indicadores econômicos, o tipo de moradia, o tipo de ocupação do solo urbano do bairro de Paciência, ou seja, não vi nenhum item em que se projete o futuro após a indicação no projeto de vida útil desse aterro, após os 15, 20 ou 25 anos de operação deste aterro. Não há uma

projeção apresentada pelo empreendedor ou não poderia dizer se isso faz parte do termo de referência que balizou este estudo por parte do órgão licenciador, se isso foi de alguma forma projetado. Faço essa indagação, porque, o principal motivo de eu estar aqui presente, é a angústia que sinto com o nível de degradação sócio-ambiental gerado por anos, por longos anos de operação irregular do aterro de Gramacho. É uma experiência que eu convido a todos aqueles que não conhecem. Na verdade não seria um convite, seria um apelo para que conhecessem o entorno do sub-bairro de Jardim Gramacho, para que conhecessem o nível de degradação ambiental, o nível de degradação da dignidade humana que aquela população de Caxias sofre, em decorrência da operação do aterro de Gramacho e o que eu posso dizer, é que toda essa preocupação com a cobertura do lençol freático, com o tratamento do chorume, com o recobrimento das vias de acesso ao aterro, preocupação de particulados, o tratamento de chorume parcial, tudo isso, as operadoras, ao longo de alguns anos, vem realizando, mas não conseguem impedir o nível, a extensão dos danos sociais daquela região, que deveriam ser objeto de preocupação dos empreendedores e do poder público, quando concede a exploração desse serviço. Que meio ambiente não são apenas os elementos físicos, químicos e biológicos, o ser humano é parte integrante desse met(?) e o ser humano esta esquecido. Então, eu hoje pretendia a não realização dessa audiência pública, não porque não pretendo que o Rio de Janeiro tenha a sua futura área de centro de tratamento dos seus resíduos, mas é porque o Rio de Janeiro tem a consciência de que ao deixar Duque de Caxias, após trinta anos de operação do aterro, se lembre que precisa recuperar aquele ambiente, as condições físico, químicas e biológicas do ambiente e que precisa recuperar a dignidade humana daquele morador de Duque de Caxias. Isso não pode ser esquecido pelos licenciadores dessa atividade e pelo poder concedente da exploração desse serviço público. Eu torço para que todas as propostas e as perspectivas de evolução do tratamento de fato ocorram, que a FEEMA tenha condições de fiscalizar diariamente, todas as atividades que ali vão ser realizadas e, periodicamente, encaminhe todos os relatórios de monitoramento de todos os indicativos apresentados. Eu realmente torço e torço para que o poder público municipal aqui da cidade do Rio de Janeiro, tome conta do seu entorno, do entorno de Paciência, tome conta da ocupação ou da eventual ocupação irregular do solo urbano, que se preocupe com as condições de saneamento básico dessa região, que se preocupe com as condições de saúde dessa população, que tudo isso, todos esses aspectos são inseridos no conceito de ambiente.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade que o Sr. me concedeu e finalizando a minha intervenção, eu gostaria que o Sr. consignasse na ata a minha presença, consignasse na ata o recebimento através de um Oficial de Justiça da decisão judicial proferida pelo Juízo da 4ª Vara Cível que acolheu os pedidos formulados pelo Ministério Público na ação cautelar proposta e que consigne também o recebimento, via fax, do teor da decisão proferida pelo Exmo. Sr. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Desejo a todos então, uma boa noite, um bom debate, como o Presidente Sr. Gusmão assinalou, este é o momento oportuno para os senhores indagarem do empreendedor e do órgão licenciador, todas as dúvidas que tenham relacionadas ao projeto. Boa noite.

(Presidente da Mesa) Obrigado Dr. Marcos Leal. Importante vocês entenderem que a bandeira que o Promotor levanta é a ambiental, sócio ambiental, no sentido de que seja garantido, para a presente e futuras gerações do município que ele representa, absoluta qualidade ambiental.

Eu convido agora o colega da consultora para comentar a fala do Dr. Marcos Leal.

(Consultor / Projetista) Bom. Quanto a questão que o Dr. Marcos colocou sobre as condicionantes físico, químico e biológicas, todas as análises, quer dos corpos d'água superficiais, quanto profundos, estão apresentadas dentro do EIA/RIMA, à partir das análises dos poços de monitoramento já instalados em vários pontos da região.

Quanto à questão dos aspectos sociais e ocupação do solo urbano etc, cabe destacar que já foi colocado no EIA/RIMA as condições de uso da área de intervenção e de toda a área de influência direta e indireta e, além disso, a questão que ele coloca de que o ser humano teria sido esquecido, em realidade, no cerne da postura do projeto, isso não ocorre, a partir do momento em que todas as medidas que estão alocadas no empreendimento, estão voltadas para assimilação da mão-de-obra local, a partir da efetiva capacitação. Além disso, as obras de instalação e de melhoria de infra-estrutura do empreendimento, não param nos limites desse

empreendimento, à partir do momento em que se prevê canalização, por exemplo, do Canal do Agaí, a execução de galerias etc, que em realidade vão otimizar as condições de saneamento de toda a região do entorno.

Bom, basicamente creio que seria isso.

(Presidente da Mesa) Bem, obrigado pelos seus esclarecimentos e eu gostaria de registrar aqui, vocês já devem ter observado a presença de muitos de nossos representantes aqui do município e do estado. Inicialmente, eu convido a fazer o uso da palavra, o nosso Deputado estadual Luis Paulo. Por favor. Que esta presente aqui desde o início da audiência. Agora eu gostaria que nos prestássemos atenção no depoimento tão importante que vai trazer novas informações e esclarecimentos para a nossa turma. Por favor.

(Deputado Luis Paulo) Boa noite Sr. Presidente. Primeiro eu queria levantar algumas questões preliminares e pedir, solicitar aqui, que a militância paga se acalmasse um pouco, porque a militância real já foi embora. Só tá a paga. Então vamos se acalmar porque pra gente precisa ouvir. Sr. Presidente. É, seria de bom ouvir, quando o senhor abriu os trabalhos, ter apresentado a mesa, que segmentos do Estado e do Município nesta audiência pública compõem essa mesa, porque nos não sabemos. Essa é só uma questão formal e eu prestei atenção na exposição tanto da empreendedora, quanto da FEEMA e diversas questões fundamentais não foram abordadas, nem por um, nem por outro. Não ouvi ninguém dizer que o uso do solo, definido para a região do aterro de Paciência, por decreto do Prefeito Cesar Maia, foi anulado por um Decreto Legislativo da Câmara Municipal e esta suspenso na justiça, por medida liminar, fato inusitado, uma medida liminar suspendeu um decreto Legislativo da Câmara, que cancelou o decreto espúrio, que não pode se legislar por Decreto em termos de uso do solo na cidade do Rio de Janeiro. Esta é a primeira questão. A segunda questão Presidente é que, tanto o edital, quanto o contrato da Julio Simões, estão anulados pelo Tribunal de Contas do Município. São editais e contratos que não tem validade legal e a decisão do tribunal também esta suspensa por medida liminar. Cumpre dizer a V. Exa. Que o seu secretário, dublê de Deputado, Carlos Minc, criou uma Lei do Cumpra-se e tem três Leis ambientais que ele não esta cumprindo. A primeira, Lei de minha autoria, que diz que é obrigatório no Estado qualquer empreendimento, ter Lei específica de destinação do uso do solo e esta audiência esta sendo realizada porque a FEEMA esta considerando como válida uma decisão da Justiça Federal, em relação a um terceiro, explorador de granito ornamental, que foi contra o Decreto do Prefeito e perdeu na Justiça Federal.

Não tá obedecendo a Lei que diz que precisava um plano diretor do uso do solo, um plano diretor de resíduos sólidos para toda a região metropolitana. Para burlar essa Lei, o Secretário Minc, escolheu na cidade do Rio de Janeiro, uma única área, a do aterro de Paciência, para enganar o Governador e para dizer que estava se enquadrando na Lei estadual. Além do mais, eu não vi aqui, em nenhuma das duas exposições, ter considerado no EIA/RIMA, as sete estações de transferência, que são parte integrante do EIA/RIMA, por definição de Lei Estadual. Então a preliminar é de descumprimento total da legislação existente. Agora, tem questões de mérito relevantes. V. Exa., um ambientalista considerado, um homem da Lei, sabe que neste edital e neste contrato, não tem previsão da participação da COMLURB que ta muda e calada, na participação dos créditos de carbono. 100 % dos créditos de carbono irão para a empresa empreendedora, prejudicando a COMLURB, usurpando recursos da COMLURB e da população da Zona Oeste, que não terá a mitigação dos efeitos ambientais, são cerca, em quinze anos, de dois bilhões de reais. Muita gente será responsável por isso, perante a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não tem uma linha nessa apresentação sobre a questão dos créditos de carbono. V. Exas. apresentaram a possibilidade de ter uma termoelétrica, é verdade, tem essa possibilidade. Será mais uma receita acessória para a Julio Simões, que não tá contemplada no edital e no contrato. O gás metano, que poderá ser gerado e vendido, será mais uma receita acessória. Tem a questão dos resíduos perigosos, dos resíduos nocivos, que também poderão ir para esse aterro sanitário. Como é que nos podemos ter um EIA/RIMA que não aborda nenhuma dessas questões. E mesmo na questão dos transportes, Sr. Presidente dos trabalhos, estou aqui como Deputado, mas sou engenheiro muito antigo da área de transporte. Eu convido V. Exa. Para andar na Estrada da Paciência, na Estrada de santa Margarida e ver se aquele pavimento pode suportar as carretas que estão previstas. Não é estudo só de capacidade, se cabe

o fluxo na via ou não, é questão do estudo do pavimento, da largura dos acostamentos. Isso será uma verdadeira tragédia para a nossa Zona Oeste e mais duas questões. Eu gostaria que V. Exa. Me apontasse algum aterro sanitário no Brasil que consiga suportar dez mil toneladas de lixo por dia. Será um feito inusitado para destruir a nossa Zona Oeste, essa que é a dura e que é a triste realidade e ainda tem uma última questão de caráter político. A gestão do prefeito esta em seus últimos 9 meses. Daqui a 6 meses, haverá eleições. Essa audiência pública é imprópria, açodada, não levou em consideração nenhum desses aspectos que eu coloquei, mas mesmo contrariando o processo político eleitoral, se quer fazer essa audiência pública e, finalmente, vinte mil catadores de papel de Caxias. Cadê programa habitacional para eles morarem em Paciência?, vai ter uma nova favelização. Esse problema social, como será resolvido?, não tem uma linha sobre os catadores, nem da apresentação da empresa, nem sobre a apresentação da FEEMA. Então, essa audiência pública é mais um faz de conta, cumprir o placar, para que daqui a pouco se tenha a licença. Como aconteceu com a Marquise em Manguariba, que V. Exas. Tiveram que dar a licença também por decisão judicial e vocês não tomam nenhuma reação, como tivesse querendo que a justiça gresse a questão ambiental do nosso Estado. Muito obrigado.

(Presidente da Mesa) Bem. Muito obrigado pela...Agora vocês, atenção turma. Vocês têm que ficar ouvindo o que as pessoas querem dizer, aí vocês vão sair daqui, a turma vai falar: o que foi dito na audiência?, tem que prestar atenção e respeitar as pessoas que estão falando. Porque agora nos vamos ouvir a resposta aqui pelo representante do empreendedor em relação às colocações do deputado Luis Paulo.

(Consultor/Projetista) Bom. Respondendo aos tópicos que nos cabem, não entrando no mérito sobre as questões que o deputado colocou, especificamente, sobre o Deputado Minc ou para a COMLURB etc...

Em relação a se existe algum outro empreendimento que opere com uma capacidade de 10 mil toneladas por dia, eu gostaria que se esclarecesse, que se colocasse que o aterro de Caieiras, em São Paulo, ele já opera hoje com cerca 11, até 12 mil toneladas por dia, recebendo quase todos os resíduos do município de São Paulo.

Quanto a questão do tráfego etc..., o Deputado Luis Paulo tem razão, é um tema que é imprescindível e foi estudado com muita clareza pelo Professor Mac Dowell, tanto na área de influência indireta de todo o empreendimento, como especificamente, na área de Paciência, aonde o projeto já prevê, como foi colocado na apresentação, a melhoria de um segmento da 1200 m, com pavimentação e otimização da caixa de pavimentação, promovendo duas pistas e todo o sistema de drenagem e tratamento da base e sub-base.

Quanto às demais questões relacionadas aos aspectos jurídicos / contratuais etc..., eu só gostaria de colocar, eu gostaria de colocar, que todas as ações, tudo que pauta o andamento desse processo de licenciamento, tem mostrado que todas as medidas foram consideradas e estão em desenvolvimento, legitimando as apresentações que estão sendo colocadas aqui e, em realidade, só ressaltando que o âmbito dessa apresentação, dessa audiência, é ter a possibilidade de apresentar as propostas técnicas e as premissas e as posturas ambientais de mitigação, de compensação, etc..., para que a população possa entendê-las e questioná-las, democraticamente, nesse encontro. Era isso. Obrigado.

(Presidente da Mesa) Gostaria agora de convidar a Vereadora Lucinha para fazer o uso da palavra e todos nos vamos prestar atenção no depoimento da Vereadora, que é uma pessoa íntegra que nos representa no município. Por favor, eu peço que prestem atenção. Por favor Vereadora.

(Vereadora Lucinha) Primeiramente boa noite ao companheiro que preside os trabalhos , a todos os membros que compõem essa mesa. Não é de se estranhar Presidente a atitude dessas pessoas que estão aqui até essa hora, porque elas levaram dinheiro para tarem aqui, elas não tão aqui de graça não, o povo trabalhador já esteve aqui e já foi embora, porque amanhã é dia de trabalho e o trabalhador da Zona Oeste acorda 5 horas da manhã para enfrentar um trem lotado para trabalhar no Centro da cidade, então o povo trabalhador já se retirou, agora claro quem ta aqui vai ficar até o final, para poder ganhar os vinte reais, porque vai levar o dinheirinho e o lanchinho. Agora, eu sou Vereadora da cidade do Rio de Janeiro, sou moradora da Zona Oeste, conheço a área de Paciência na palma da minha mão. Como o companheiro deputado Luis Paulo

colocou, essas pessoas aqui, elas estão sendo enganadas, elas não sabem o que é nove mil toneladas de lixo por dia na área de Paciência. Uma área que não tem saneamento básico, a rede de água é precária, a água que tem lá até hoje, por muitos bairro daquele é água de gato. Muitas pessoas usam água de poço artesiano, eles não tem conhecimento disso, eles vem pra cá e são iludidos e enganados, mas eu não sou não, eu estou aqui pra dizer a vocês, que isto é um absurdo essa audiência pública, como é que se realiza uma audiência pública sem a presença do Oficial de Justiça trazendo um documento assinado pelo Tribunal de Justiça, eu queria entender isso, porque essa razão ninguém vai me tirar, por fax eu não admito, tinha que estar aqui pessoalmente o Oficial de JUSTIÇA, COM A ASSINATURA DO Juiz, do Presidente do Tribunal de Justiça. Isso é um desrespeito a população da Zona Oeste. Isso para iniciar, a segunda questão a população de Paciência acompanhou de perto e vem acompanhando essa questão do licenciamento do lixão de Paciência. Ela sabe perfeitamente, dos malefícios desse lixão, porque ninguém vai enganar a Vereadora Lucinha, pra dizer que vai resolver o problema do lixo na área de Paciência, porque não vai. Na hora de colocar a queima de fogos na época do carnaval do réveillon, é lá em Copacabana e Ipanema, na hora de fazer o Pan-americano é na Barra da Tijuca, colocam na Barra da Tijuca e também colocam na Zona Sul, mas aí na hora de vir pra a Zona Oeste, querem dar de presente pra população de Paciência um lixão de nove mil toneladas. Isso é um absurdo, é um engodo à nossa população. Me admiro muito as pessoas que estão aí sentadas, aí representando os interesses do Estado ou os interesses da prefeitura, não levar em conta que a população de Paciência não tem saneamento básico, não tem rede de esgoto, nos não temos água tratada e encanada em todos os bairros. Muitos que estão aqui vieram pra cá porque é interessante e não discordo de vocês não. Bota os trinta reais no bolso, mas não acredita neles não. Leva o dinheirinho pra casa, como vocês fazem sempre, leva o din din, mas cuidado. Nove mil toneladas de lixo, é lixo demais para uma região como a de Paciência. O Luis Paulo bem colocou o nosso Deputado, a Câmara Municipal aprovou um Decreto Legislativo de minha autoria que cancelava o Decreto do Prefeito Cesar Maia. Ganhamos a votação na Câmara, mas infelizmente a justiça foi lá e caçou um ato do poder legislativo municipal, que é prerrogativa da cidade, na Câmara Municipal, é de legislar o uso do solo é de competência de Vereador, não é de competência de FEEMA, de COMLURB, de quem quer que seja. Passaram por cima, desrespeitaram a Câmara de Vereadores que dizia que a área de Paciência ia deixar de ser agrícola e passasse a industrial. Industrial pra que, pra colocar um lixão pro povo lá?, que não tem transporte, não tem água e vai receber nove mil toneladas de lixo. Eu sou Vereadora dessa cidade e tenho moral pra falar aqui ou em qualquer lugar. Eu não fui eleita Vereadora pelo terceiro mandato não foi à toa. Porque eu gosto da briga boa. Foi 67 mil votos que eu tive 60 mil da Zona Oeste, porque eu conheço a realidade desse povo eu sei do seu sofrimento e não adianta vim pra cá passar slide que tudo ali é muito bonito, mas na hora de se realizar, as coisas não acontecem dessa forma. O Luis Paulo colocou e vou indagar, as estações de transferência aonde vão ser feitas, tem uma no Caju, uma em Jacarepaguá e as demais? Não tá ainda clarão, a FEEMA ainda não estudou, ainda não deu EIA/RIMA das estações de transferência, é como se as estações de transferência de Bangu, não estivesse, é como se a estação de transferência de Irajá não fosse acontecer. Então eu pergunto a V. Exas. Que estão aqui, as estações de transferência não fazem parte do processo de licenciamento do lixão? Do aterro sanitário? Faz. Cadê as licenças ambientais dessas estações de transferência, não tem. O decreto Lei impede a colocação do aterro sanitário lá e eu enquanto Vereadora, vou continuar lutando, na justiça e nas ruas, com o povo ao meu lado, porque o povo da Zona Oeste sabe perfeitamente os malefícios desse danado desse aterro sanitário, que se fosse bom mesmo, eu fico olhando aqui pra cara de todos, se fosse bom tava lá em São Conrado e na Barra da Tijuca, tava em Copacabana e Ipanema, mas o que é ruim joga pra Zona Oeste. Não tem nem transporte a nossa região. O transporte é caótico, então eu queria indagar mais uma coisa aos representantes desta mesa, além do Decreto Lei e das estações de transferência, eu queria entender porque a FEEMA, que é o órgão que licencia ambientalmente, na resposta ali elaborada pelo doutor que tá ali, falou que tá tudo resolvido, que tem uma cidade em São Paulo. Em São Paulo é 11 mil toneladas, mas qual é a população de São Paulo, ou vão querer comparar a população de São Paulo com a do Rio?, ninguém vai me dar atestado de incompetência.

E uma outra coisa também, é muito fácil falar que as questões ambientais vão ser resolvidas ao longo do processo. Eu pergunto que processo?, a Zona Oeste não suporta isso, esse engodo. A FEEMA tem que assumir essa questão de frente. Não assume. O Secretário Minc se esconde. Deve ta deitado dormindo no ar condicionado. Não teve a coragem e vir pra cá. Aí coloca os demais representantes da FEEMA para virem dar esclarecimentos numa audiência pública como essa. Então eu queria deixar um recado aqui para vocês. Vou ficar aqui aguardando o Oficial de Justiça, porque eu, cidadã, brasileira, se tivesse uma liminar através de um Oficial de Justiça, teria que ter uma assinatura. Assinatura normal. Agora, como foi o Presidente do Tribunal de Justiça, manda por fax. Eu queria saber se lá, no Congresso Nacional, lá no Tribunal de Justiça, se na hora de proferir o voto, se ele manda também via fax.

(Consultor / Projetista) Bom. Respondendo as questões da Vereadora Lucinha, um primeiro aspecto que se relaciona as estações de transferência de resíduos do município. Essas estações, a análise ambiental e técnica dessas estações não integram o objeto do estudo dos impactos ambientais do aterro sanitário. Por outro lado, essas estações foram avaliadas no âmbito do aterro, do ponto de vista em relação ao impacto do tráfego, à partir desse estudo formalizado pelo Professor Mac Dowell, diante de vários cenários e possibilidades em relação a posicionamentos ao longo do percurso da Avenida Brasil e dos demais bairros do município. Ademais, essas estações estão sendo analisadas no âmbito de estudos de impacto específicos para cada uma dessas posições, principalmente pelo fato que, com esse posicionamento, se permite e se tem, de fato, somente dessa maneira, uma avaliação dos impactos nas regiões de influência direta de cada um dos locais. Porque cada um desses pontos vai estar posicionado ao longo da região urbana do município. Quanto ao que a Vereadora comentou que as questões ambientais seriam resolvidas ao longo do tempo, acho que houve um engano de entendimento, porque na realidade o projeto e todos os serviços de implantação, eles tem que considerar e tem que garantir o controle ambiental desde a sua implantação. O que vai se ter ao longo do tempo é a continuidade de um rigoroso controle de todas essas ações, mediante o monitoramento, tanto das águas profundas, como das águas de superfície etc., que vão certificar ou, eventualmente, fornecer indicadores pro órgão de controle ambiental, pra FEEMA, pra que todas as medidas que, eventualmente, tenham que ser adicionadas o sejam e, sua última colocação, que no fundo é uma questão de posicionamento, acho que essa audiência trás uma oportunidade para que isso seja francamente discutido de uma forma transparente. Na realidade, nos não estamos discutindo um lixão de nove mil toneladas, nos estamos discutindo a proposição de um aterro sanitário pra que, justamente, esses resíduos sejam adequadamente dispostos. Dispostos mediante tratamento o mais adequado possível de toda a região em que ele vai se apoiar e o controle de toda a sua área de influência direta e indireta. Basicamente era isso.

(Presidente da Mesa) Bem agora eu vou passar a palavra para a Vereadora Aspásia. Aspásia você quer fazer o uso da palavra? Por favor Aspásia.

Boa noite a todos. Eu gostaria de dizer muito poucas coisas hoje aqui. A primeira delas é que o Presidente dessa seção, chamou atenção pro fato que nos estamos numa etapa de avaliação dos projetos que serão implantados e que, portanto, essa audiência pública não é uma audiência pública conclusiva, ela apenas esta procurando esclarecer alguns problemas que não foram esclarecidos, em virtude das péssimas condições dessa audiência pública. O espaço não é adequado, a distância entre a mesa e as pessoas é imensa, a distância é muito grande, quando eles deviam estar todos muito perto e o que eu vou pedir aqui é um apelo ao Secretário Minc, ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, que nos possamos, de uma maneira madura, envolvendo inclusive a Câmara dos Vereadores, acabar uma negociação que não esta concluída e é por isso que essa audiência pública é tão penosa e tão difícil, tão torturada, porque nos não chegamos ao final desse processo. Há uma série de questões que não estão concluídas, nem resolvidas. Paciência é um bairro da minha cidade, da Zona Oeste onde eu nasci. Eu nasci muito perto daqui, no morro do Barata e é um bairro que se sente marginalizado dentro da cidade, ele só recebe, a Zona Oeste só recebe penitenciárias, cemitérios, lixo e o lixo que eles não produziram, porque a área rica da cidade que produz o lixo e ele vem pra cá pra ser catado e enterrado por aqueles que não o produziram. Tudo isso nos leva a uma conclusão muito simples, que do ponto de vista ambiental, se nos queremos fazer justiça ambiental nesta cidade, nos temos que dividir esse lixo. Não podemos jogar dez mil toneladas de lixo nesse mesmo lugar.

Temos que encontrar maneiras de diminuir essa quantidade de lixo, de levar o lixo industrial para algum lugar onde ele possa, definitivamente, ser reciclado e não aqui acumulado, o lixo perigoso, os resíduos tem que encontrar um melhor lugar para eles e nos temos que sobretudo, pensar que não adianta nada dizer que Gramacho esta terminando, que vai acontecer essa catástrofe, porque eu estou ouvindo isso desde que coloquei meu pé na Câmara dos Vereadores em 2004 e nada aconteceu. Então vamos pegar os laudos, ver direitinho o que eles estão dizendo. Vamos esquecer um pouco essa questão e vamos trabalhar no completo, porque o completo é a grande quantidade de lixo concentrada toda no mesmo lugar. Que Paciência pudesse abrigar o lixo da Zona Oeste, deveria ter como compensação uma proporção da taxa de lixo, 10 % da taxa de lixo, por abrigar esse lixo aqui, mas nunca receber tudo de uma vez, ao mesmo tempo e no mesmo lugar. Então meu apelo, Sr. Presidente, é que a Câmara dos Vereadores seja introduzida nesse processo, porque nos não podemos mudar o zoneamento dessa cidade, nem determinar os usos que cada área dessa cidade terá, sem passar pela Câmara dos Vereadores. A Câmara dos Vereadores conseguiu sustar o processo, que foi suspenso inconstitucionalmente, porque a casa, naquela casa que eu represento aqui, com outros vereadores, que tem que ter decidida esta questão. Não podemos adiá-la indefinidamente, mas em nome, inclusive, dos candidatos a prefeito desta cidade, o Deputado Fernando Gabeira esta aqui ouvindo tudo e aprendendo o que se passa nessa região dessa cidade e é em nome dele, em nome dos outros candidatos que peço, encarecidamente, que esse processo seja melhor discutido, melhor debatido, para que nos possamos incluir na pauta do CTR-Rio a questão ambiental, o seqüestro de carbono e todas as outras exigências que são do desenvolvimento sustentável, da modernidade e que o Rio de Janeiro não pode ficar fora desse processo. Muito obrigada.

(Presidente da Mesa) Obrigado a Vereadora Aspásia e a Vereadora mencionou a presença do nosso Deputado Federal Fernando Gabeira, à quem a mesa abre a palavra, caso o Deputado federal queira comentar alguma coisa, nos brindar aí com a sua opinião.

Então vamos ouvir agora as palavras do Deputado Federal Fernando Gabeira. Muito obrigado pela presença.

(Deputado Fernando Gabeira) Muito obrigado. Obrigado a todos que estão aqui hoje discutindo. Quando nos criamos a idéia ou o conceito de audiência pública, nos pensávamos exatamente no que estamos vendo aqui. Eu estou falando pra vocês que estão a quase 20 m de distância, as pessoas que vieram aqui não acompanharam o que estamos discutindo aqui. O povo brasileiro não pode ser reduzido a uma massa de manobra, não pode ser reduzido a uma torcida organizada, não pode se reduzido a figurantes, nos temos que construir o processo de uma forma que o povo possa ouvir, possa entender, possa participar. Eu quero dizer a vocês que admiro a boa vontade, admiro o esforço de todos que estão trabalhando, mas a construção dessa audiência pública é uma negação do conceito de audiência pública que nos introduzimos na Lei brasileira. Então, quero apenas dizer, se um dia formos fazer audiência pública, vamos respeitar o povo, vamos trazer gente que queira ouvir e gente que possa ouvir e que possa participar diretamente. Esse aspecto é fundamental. No mais, muito obrigado pelas informações que eu estou obtendo aqui. Eu vou processá-las pra ter a minha posição no futuro. Muito obrigado.

(Presidente da Mesa) Nos temos aqui a presença do Vereador de Duque de Caxias Moacir Rodrigues a quem eu franqueio a palavra.

Por favor vamos ouvir a palavra do vereador.

(Vereador Moacir Rodrigues) Sr. Presidente, nobres colegas, Vereadora Lucinha, Deputado Luis Paulo, Deputado Fernando Gabeira, meus caros amigos, companheiros de Duque de Caxias, na pessoa do Tião um legítimo representante dos catadores. Eu quero aqui referendar as palavras do nobre Deputado Gabeira que é inadmissível fazer uma audiência pública pra se discutir um projeto de tamanha envergadura, onde se fala de um licenciamento e nos temos o encerramento do aterro de Gramacho, onde o passivo ambiental daquela região é muito grande. Digo isso porque vivo ali há 44 anos e aí, quando estamos encerrando o aterro de Jardim Gramacho, nos temos o passivo ambiental e aí me preocupa muito Sr. Presidente, onde colocaram 44 depósitos, na verdade são mais de 120. Toda degradação do bairro de Jardim Gramacho e como é que fica a situação dos catadores que ali trabalham ao longo de sua vida, uns com 10, outros com 20, outros com 30 e aí nos somos convidados para vir numa audiência

pública. Nos chegamos aqui, na verdade, estão tirando nosso direito da democracia meu nobre Presidente, meu nobre Deputado Luis Paulo e aí a distância do povo, a distância das autoridades, já é assim, imagine quando implantado o aterro que vocês hoje estão aplaudindo. Cuidado pra não sofrer amanhã, porque eu conheço esse filme, eu vivo no Jardim Gramacho há 44 anos e aí sei que o nosso povo sofre. São três questões importantes: o encerramento, o passivo ambiental, a questão dos nossos trabalhadores, catadores e outros, aonde se vai operar o novo aterro pra Duque de Caxias e aí meus amigos, essa audiência pública na questão do Promotor que aqui esteve, foi de uma felicidade muito grande, que se fala no licenciamento, mas temos que ter muito cuidado no licenciamento daquele outro, porque já ouço há mais de vinte anos que o aterro esta por acabar e nos estamos aqui, não podendo ter o diálogo de conversarmos, levarmos as nossas idéias, do que precisamos, mas tenho certeza nobre Deputado Gabeira, com a sua experiência, com a nossa inteligência, com nossos catadores, com meu amigo Tião, nos avançaremos nessa questão. Muito obrigado.

(Presidente da Mesa) Bem, nos agora vamos intercalar algumas apresentações, algumas falas, com algumas perguntas. Fizemos agora essa apresentação das pessoas que estão aqui. Agora nos vamos formular algumas perguntas que foram feitas. Então vamos prestar atenção agora.

Nos temos uma pergunta aqui da Érica da Eco-Marapendi. Ela pergunta em relação a empregos, peço a empresa que diga como serão divididas as vagas, quanto para ensino médio, superior, básico, quantos temporários, quantas vagas fixas e em que fase da obra, em relação a implantação e operação futura, caso ocorra, do empreendimento?

(Representante do empreendedor) Respondendo a pergunta da Cristina, na apresentação foi passada a questão da geração de empregos. Tem essa transparência que falava, na fase de implantação sobre 239 empregos diretos e 700 indiretos e na fase de operação, previstos 422 diretos e 1250 indiretos. Dificil agora detalhar o quantitativo por nível superior, médio etc, mas o compromisso que temos efetivamente, também apresentado anteriormente, é que esse pessoal seja aproveitado nas comunidades do entorno, é um compromisso que nos temos e vamos treinar e capacitar esse pessoal através de um treinamento conjunto com a Instituição do Sesi/SENAI de Paciência, obviamente que o quantitativo das funções de nível fundamental, médio e superior, que seja, vai depender de formação necessária à atividade à ser desenvolvida e o quantitativo de atividade é muito grande. Então a gente pode detalhar essa resposta, eu me comprometo a entregar essa resposta aqui detalhada para a Cristina, posteriormente eu faço o envio com todo o detalhamento do quadro funcional por tipo de formação.

(Presidente da Mesa) Pergunta ainda a Érica. As rodovias e vias utilizadas pelas 300 carretas dia de 60 m3, serão reforçadas para o tamanho, peso e impacto do transporte?

(Consultor / Projetista) Bom, como já comentado na resposta ao deputado Luis Paulo, as vias de acesso ao empreendimento, vão sofrer melhorias, não só na alteração da caixa de pavimentação, como no tipo de pavimento específico, nos pontos e nos trechos onde os estudos indicaram que isso será necessário.

Quanto a pergunta da Cintia Souza da Eco-Marapendi sobre se algum local do EIA/RIMA existe informação sobre resíduos classe I, resíduos perigosos, a sua origem, quantidade etc... e se seriam recebidos posteriormente.

Então eu quero esclarecer e tornar muito claro. O objeto do licenciamento, os resíduos que estão sendo avaliados nesse estudo de impactos ambientais, não contemplam resíduos perigosos, também não contemplam resíduos classe I. Ele só contempla resíduos provenientes da limpeza pública da COMLURB, da construção civil e de dragagem.

(Presidente da Mesa) Ainda uma pergunta da Eco-Marapendi. A mesma empresa contratada executou a proposta técnica, o projeto e o EIA/RIMA. Como que a empresa que apresentou o projeto e o EIA pode ser neutra em relação ao empreendedor.

(Consultor / Projetista) OK. Em relação a essa pergunta, gostaria de esclarecer que essa posição que a representante da Eco-Marapendi colocou, ela consta da resolução CONAMA 1, em seu Art. 7º, entretanto, a resolução CONAMA 237, ela revoga justamente este artigo, permitindo que a empresa que faz o projeto possa elaborar também o EIA/RIMA, entendendo que em vários casos, vários empreendimentos com as suas especificidades, a maior parte das medidas mitigadoras e soluções de projeto que venham a ser contempladas e tenham que ser consideradas no EIA/RIMA, sejam provenientes do próprio projeto, tanto é que essa é uma

posição que surge na resolução CONAMA 237, em seu Art. 7º, bem como, pode ser confirmado em qualquer consulta direta ao CONAMA e, mais que isso, eu vou deixar aqui com o Presidente da Mesa, há casos de jurisprudência, por exemplo, na construção da barragem da hidroelétrica de Porto Primavera, a empresa que elaborou o projeto, elaborou o EIA/RIMA e, inclusive, gerenciou toda a obra, foi a mesma empresa, dentro destas mesmas condições estabelecidas neste Art. 7º da CONAMA 237.

(Presidente da Mesa) Ainda a pergunta da Cristina da Eco-Marapendi. Em relação à Lei do zoneamento, pergunta endereçada ao Ministério Público e ao Município.

O que dizer da modificação do zoneamento ter sido feita três meses após a assinatura do contrato Julio Simões / COMLUB, ainda, como delegar o maior aterro da América Latina, embora isso não seja vantajoso, a uma empresa de transporte, que nunca operou um aterro. Ainda, o que dizer da aquisição da Fazenda Santa Rosa, onde esta locado o projeto do CTR-Rio, aquisição essa feita pela empresa Julio Simões, cinco meses antes da licitação?

(representante do Município / COMLURB) Primeira pergunta, vou começar pelo final. A aquisição da Fazenda Santa Rosa. Quero dizer que todos os licitantes, quando apresentaram a proposta a COMLURB, já tinham promessas de compra de determinadas áreas para ser implantados aterros objeto das suas propostas. Com relação a alegação quanto a COMLURB dar aceitação para uma empresa de transporte para operar um aterro, isso é uma política que a COMLURB vem adotando há muitos anos, para quebrar os monopólios que ocorriam sempre nessa área do setor de limpeza urbana. Assim, foi com a coleta de lixo e assim foi com o aterro, desde a primeira licitação de recuperação e operação de Gramacho, que ganhou a empresa que nunca tinha operado um aterro. Todas as empresas que operaram Gramacho, jamais tinham operado aterros anteriormente e isso nunca comprometeu a qualidade das operações naquele aterro. Essa política continua sendo seguida pela COMLURB e tem sido muito bem sucedida porque se tem conseguido preços operacionais extremamente baixos e uma qualidade muito boa e, finalmente, com relação a Lei de zoneamento, o fato da Lei de zoneamento ter sido feita, na realidade foi um decreto do Prefeito, após a assinatura do contrato, eu devo dizer que essa Lei de zoneamento, a mudança do uso da área aonde se localiza a Fazenda Santa Rosa, era apenas um item de mais de vinte itens desse decreto que realizou uma série de transformações no zoneamento da cidade. Todas elas devidamente aprovadas pela Procuradoria do Município e, nos temos a convicção de que não teve nenhuma ilegalidade nesse processo.

(Presidente da Mesa) Outra pergunta em relação à resíduos classe I, que já foi encaminhado aqui. Em algum lugar do EIA/RIMA existe alguma menção a resíduos classe I, resíduos perigosos, origem, quantidade etc., à serem recebidos posteriormente?

(Consultor / Projetista) Novamente ratificando a resposta que já eu já tinha colocado, o objeto que esta sendo analisado no estudo de impacto ambiental que é considerado no empreendimento, não contempla resíduos perigosos, quaisquer resíduos perigosos, seja ele resíduo industrial classe I, seja ele resíduo hospitalar etc.. e qualquer que sejam as condicionantes que determinam a periculosidade deste resíduo. Voltando então, só ratificando novamente, o objeto de análise, o objeto da operação desse projeto do aterro sanitário CTR-Rio, ele contempla resíduos urbanos provenientes dos sistemas de limpeza pública da COMLURB, resíduos de dragagem e resíduos da construção civil.

(Presidente da Mesa) Foi feita uma pergunta também no sentido de que em relação a Base Aérea de Santa Cruz. Se a Aeronáutica se posicionou quanto a proximidade da Base Aérea de Santa Cruz da área prevista para o empreendimento.

(Consultor / Projetista) Em relação a essa questão, a Aeronáutica já emitiu um parecer favorável sobre esse assunto, à luz da análise do que consta no EIA, à luz da análise do que consta no projeto e eu só gostaria de ler um trecho então em que ela coloca “ que esse serviço é favorável a implantação pretendida, desde que sejam incorporadas na série de procedimentos de operação do aterro sanitário, as medidas de prevenção e controle do perigo aviário”, isso consta do parecer 0398/ATS de 2005, o qual eu vou deixar com o Presidente da mesa e ressaltar que todas essas medidas associadas ao aterro sanitário e de controle, justamente a proliferação de aves etc..., elas constam e são parte integrante da qualidade e dos procedimentos operacionais do aterro sanitário.

(Presidente da Mesa) Bem, eu agora vou passar a palavra ao Conselho de Saúde de Paciência que queria dar um recado, que é o nosso amigo Getúlio.

(Sr. Getúlio) Meu boa noite a todos. Me incumbiram aqui dessa missão. A gente tá aqui discutindo como já vem discutindo desde que quiseram implantar um aterro sanitário na reta João XXIII, através de vagões de trem e nos não vimos a Câmara dos Vereadores , nos não vimos a Assembléia Legislativa, nos não vimos parlamentar nenhum ir nas comunidades defender o interesse. Estamos aqui também, porque havia um lixão próximo à margem da Rio-Santos, às margens do Rio São Francisco e também a população se mobilizou, comunicou ao Ministério Público, fez ações e nos não vimos a Câmara dos Vereadores e não vimos a Assembléia Legislativa também, novamente nos mobilizamos, começamos a luta de Paciência, que começou com uma empresa chamada Gaia, que não tinha projeto viável nenhum e, novamente senhores, nos não vimos a Câmara de Vereadores e nos não vimos a Assembléia Legislativa. Com o amadurecer da discussão surgiu outra empresa, aí a gente viu aparecer pessoas que destruíram a saúde da região, terceirizaram, mataram crianças, mulheres e homens e essas pessoas vem falar em nome do povo. Pessoas que acabaram com nosso transporte, que tão aí até hoje, e nosso transporte ta uma porcaria. Que tem habitações feitas na Zona Oeste sem ter discussão com a população, com o mesmo número de creches, mesmo número de escolas, mesmo número de transportes e essas pessoas nada fizeram até hoje para melhorar o transporte, a saúde, a educação, a habitação e saneamento. Esta assim porque essas perduram até hoje no poder e falam em nome do povo, mas não defendem o interesse do povo, nos não temos tratamento de esgoto há anos, nos não temos transporte há anos, nos não temos saúde há anos, que foi terceirizada por um grupo que se encontra aqui e diz que representa o povo. Hoje os hospitais Pedro II, Rocha Faria e Albert Schweitzer, estão desmantelados. Agradeçam a essas pessoas que dizem que estão defendendo o nosso interesse, que terceirizaram os hospitais e ta aí a dengue e ta aí a mazela da saúde. O nosso transporte é de péssima qualidade, mas nos tivemos parlamentares da nossa região que foram presidentes de comissões de transporte, que foram presidentes de comissões de saúde e tai a nossa saúde, tai o nosso transporte, então senhores, eu acho que a pessoa que se dirige ao microfone e vem falar, no mínimo ela tem que ter coerência ética e moral para falar em nome do povo da Zona Oeste, no mínimo ela tem que ir na região e discutir com a população. A distância da mesa para nos é a mesma distância do parlamento também, porque quando a gente vai a Brasília, ainda tem uma redoma de vidro que separa o povo do parlamentar. Estou falando aqui de anos de revolta, do meu pai, do meu avô, da população aqui da nossa região trabalhadora que sofre no dia-a-dia. Então, é muito fácil falar do povo quando se ganha dinheiro público do povo e nada se faz e perdura no poder há anos. A gente veio aqui para discutir sim, mas pra discutir tem que primeiro aprender a ouvir. Vamos inverter, em vez dos parlamentares falar, vamos deixar o povo falar e eles ouvirem, o que eles não fizeram há anos. Era pra isso que a gente queria estar aqui, a gente não quer estar escutando eles não, eles escutando a gente, porque eles não souberam fazer o dever de casa, por isso que nos estamos desse jeito. Na Zona Oeste têm catador de lixo, ta companheiros de Caxias e como é que ficam os nossos catadores de lixo também, que não tem noção do que é sobrevida, não tem, a aí, cadê o projeto da Câmara, cadê o projeto da Assembléia para defender essas pessoas que se encontram lá, largadas porque quando implantaram a Thysses / CSA, não pediram audiência pública, não falaram com a população e já ta lá funcionando aonde era um abrigo que tinha piscina olímpica, que plantava batata, aipim, que produzia manteiga. Vamos deixar de ser demagogos, vamos respeitar o povo, com o respeito que o povo merece, porque tudo tá sendo na Zona Oeste, tá sendo destruído e não precisa ser um vereador, não precisa ser deputado para puxar discussão na comunidade, só precisa ser cidadão, saber dos seus direitos e dos seus deveres, era isso que os parlamentares deviam estar levando para as nossas comunidades, discutir cidadania lá dentro e já que a gente ta discutindo CTR, por que não discutir próximo a Paciência? , por que não discutir no SESI de Paciência?, aonde tem auditório, tem quadra, lá ninguém quer discutir, sabe por que?, porque ta perto do povo que mora lá que não tem condições de se dirigir aqui, aí algumas pessoas que vem falar em nome do povo aqui, não tem coragem de botar o pé lá, porque sabe que vai ser cobrado, vai ser escurraçado do discurso vazio que vem fazendo durante anos pra nossa população. A gente quer discutir e mais discussão que o Conselho puxou e mais discussão que o Conselho fez com a Julio Simões e continua fazendo,

tem que começar é na base parlamentares. Não é com seus assessores e nem cooptando pessoas, tem que ir pra dentro de Paciência e discutir e não ficar no gabinete, de fora discutindo coisa que a população nem tem ciência de que você ta defendendo aqui.

(Presidente da Mesa) Muito obrigado Getulio.

Agora vai fazer uso da palavra o representante da APEDEMA, da Associação Permanente de defesa do Meio Ambiente, Sr. Gil.

(Representante da APEDEMA) Boa noite, boa noite à mesa, boa noite à todos. Antes de entrar no tema da questão do CTR. Olá pessoal de Caxias, vou pedir só um minuto de silêncio rápido para todos, que antes de falar da questão do CTR, eu queria trazer uma informação que eu acho muito útil na questão do combate à dengue.

(Presidente da Mesa) Gil, por favor, o nosso tema aqui é o aterro.

(Representante da APEDEMA) É bem rápido. É sobre a plaqueta, foi constatado que o refrigerante mineirinho em conjunto com a beterraba picada em três horas serve como repositores de plaquetas. Acho que é importante para o pessoal que esta ouvindo porque ta um problema o estado do Rio de Janeiro.

Em relação ao CTR, pelo que foi apresentado a CTR esta na base de uma APA, que é o maciço Gericinó / Mendanha e descumpra Lei ambiental, eu defendo a questão ambiental há vários anos e nos vemos o pessoal nascer sem cérebro em São Paulo, a nossa bacia aérea três, que compreende toda a baixada fluminense, esta contaminada três vezes acima do nível permitido e mesmo assim, a FEEMA vem licenciando tudo.

Nos temos levado várias idéias para a questão do lixo e não é de agora e sempre dizem não ter dinheiro, é economicamente inviável. Não tem dinheiro, é economicamente inviável e cria-se a Secretaria, não tem dinheiro, é economicamente inviável e cria-se um Comitê, não tem dinheiro, é economicamente inviável fala-se na questão ambiental e o que ta em conta, o que ta em questão não é se aterra, se cria-se ou não uma central de tratamento de resíduos, o IPCC divulgou que não temos tempo. O mundo esta indo pro caos. Temos que reaproveitar, reciclar e o estado do Rio de Janeiro não recicla, aterra esse subproduto, que as pessoas rotularam como lixo que é comprado no mercado, que é pago pra ser coletado, aterrado e continua sendo pago e quando tem o passivo, esse mesmo povo que comprou e pagou para aterrar, vai pagar para consertar esse passivo ambiental e é o mais antidemocrático a questão do lixo. Em países como o Japão as pessoas pagam por Kg de lixo produzido, aqui não, eles colocam d 35/40 a tonelada e socializa, quer dizer, quem consome mais acaba pagando a mesma coisa . Não se paga pelo que produz, quer dizer, experiências temos aí fora, mas não é replicada e aí criamos e levamos pras escolas, olha gente, vamos cuidar do meio ambiente, vamos separar lixo, não vamos colocar lixo na rua, mas não se implementa a coleta seletiva e aí vem aquele discurso é economicamente inviável. Não tem dinheiro, mas tem dinheiro para manter a FEEMA, o IBAMA, a SERLA, a CECA, o DIVEA, o DRM, o DNPM, o senado e todas as cartilhas, que é feito para a questão ambiental. Não temos projeto e programas habitacionais e o povo mora na beira do rio e nas montanhas, mas vamos preservar o meio ambiente. Pra que serve a lei, a nossa justiça não ta só cega, ela ta cega, surda e muda, só age quando é conveniente pra essa justiça, porque o Estado ta descumprindo a legislação, as resoluções do CONAMA e licenciando tudo, que não é só o CTR, esta licenciando a CTR, ampliação da REDUC, arco do desenvolvimento, que vai jogar mais material particulado na bacia aérea, entre outros, quando é, membros da mesa, senhores aqui presentes, quando é que o estado do Rio de Janeiro vai implantar a coleta seletiva, vai praticar a questão ambiental ao invés de ficar falando e gastando recurso público. Obrigado.

(Presidente da Mesa) Obrigado pelo representante da APEDEMA e agora vamos ouvir a palavra do nosso amigo Sebastião, que é representante lá dos catadores.

(Representante dos Catadores Sr. Sebastião) Primeiramente boa noite. Novamente a gente ta numa audiência pública, nos não fomos convidados. Novamente começa a se discutir Paciência, querendo esquecer o passivo social e ambiental de Gramacho. A gente que somos catadores, que tamos em Gramacho, nunca viemos para essa audiência pra ver nesse telão exposto qual é a solução pra isso. É antidemocrático essa audiência pública. Quando a gente chegamos, toda a segurança foi mobilizada pro lado de cá, aqui não poderia se manifestar, porque é contra?, o lado de lá pode se manifestar, pode gritar e não deixar as pessoas falar. Eles nem sabem o que é uma CTR, tenho certeza absoluta disso e nem sabe a condição social que vive hoje o catador de

Gramacho. Eu fico muito sentido, a audiência pública é uma questão democrática, é onde vai se discutir soluções e não convidam quem é legítimo, quem é do povo e outra coisa, pra dizer pro companheiro a gente não somos catadores de lixo, somos catadores de material reciclável e eu torno essa pergunta pra mesa, qual é a proposta que vocês vão apresentar e qual é o dia que vocês vão fazer a audiência pública para ouvir o bairro de Jardim Gramacho. Até hoje vocês não fizeram isso. Se discute Paciência, querendo apagar trinta anos de história que é Gramacho e uma história escrita à caneta. Se tentar apagar essa história, só vai borrar. Cada vez mais é uma palhaçada, me desculpe dizer, o que estão fazendo aqui, convidam pessoas que são até mesmo pagas pra se manifestar numa tal maneira que nem sabem o que estão falando. CTR é saúde, lixo é saúde, vai conhecer Gramacho, vai conhecer a real situação com que os catadores vivem hoje. Qual é a proposta que vai apresentar. São sete cidades que bota lixo ali dentro, essas cidades nunca se uniram. É muito politiqueria essas atitudes, falta política com P maiúsculo. Essas cidades nunca fizeram audiência pública, cadê o prefeito de Nilópolis, cadê o de Mesquita, de Belford Roxo, de Nova Iguaçu também, já que durante muitos anos depositou lixo lá e agora tem uma CTR bonitinha e fica tirando onda, cadê os catadores que eram de Nova Iguaçu, tudo migraram pra Gramacho, aumentando o contingente de catador, matando o manguezal e aumentando a quantidade de gente em favela. Vai ver a mazela que é Gramacho. Vamos começar a discutir primeiramente do problema. Gramacho é o problema que vocês tem obrigação de dar solução e aí eu torno a dizer realmente essa audiência pública é uma palhaçada.

(Presidente da Mesa) Oi. Sebastião. Preste atenção. Vocês também, a turma de Gramacho que tava apoiando a fala do Sebastião.

Ontem, foi uma delegação de pessoas na Secretaria, falando exatamente o que você disse aqui agora. O nariz de palhaço não colocaram, mas foram lá comentar da mesma forma, aí o Secretário recebeu vereadores, APEDEMA, representantes da sociedade e marcou para ir, eu estou falando de uma coisa que vocês não sabem, e o secretário Minc, marcou para ter, antes de qualquer coisa de licença aqui, onde vocês vão marcar numa reunião pública, explicar para vocês quais os procedimentos que serão tomados. 1- remediação de Gramacho; 2- garantia pra vocês que são catadores de recicláveis; 3- onde será lançado depois o lixo de Caxias. Então adianto para vocês a informação que eu estava do lado e acompanhei essa comissão que foi lá argumentar em relação a vocês não estarem abandonados e mais, o Ministério Público, Dr. Marcos Leal, entrou com pedido no sentido de proteger vocês. Então. Esse discurso é absolutamente válido, é certo, é perfeito, mas só quero te dizer e para vocês também, que isso ecoou no Secretário Minc e ele vai levar, com certeza, boas notícias pra vocês, aumentando, em muito, a participação de vocês nas compensações de Gramacho. Então te peço um crédito de confiança, a vocês também, eu to pedindo e no dia lá, vamos dizer em uma semana, vocês que vão marcar, vai ter o local, o Secretário vai e vai explicar isso pra vocês, independente, isso não é aqui, mas vocês estão certos e o Minc me autorizou a falar isso e não to enrolando não Sebastião, não to enrolando não, só to te dando uma informação nova, respeito o que você disse, só peço crédito, tá certo?

Muito bem. Agora quero passar a palavra para o representante do CREA, Diretor do CREA, que esta presente. O Professor Adacto. Adacto nos temos três minutinhos a 4.

(Representante do CREA – Sr. Adacto) Primeiro eu queria fazer uma reflexão sobre o aterro sanitário. Esse aspecto de Paciência, em relação a parte hoje em dia nos estamos com o problema de Gramacho, já praticamente saturado, então colocar esse aspecto para a FEEMA, essa análise, a importância de se priorizar uma solução. Nos estamos trabalhando aqui com um aterro sanitário, não é um lixão. É uma solução tecnicamente segura. O que nos não podemos, se essa solução ficar sendo postergada pra depois de eleição etc..., nos podemos ter um possível colapso no aterro de Gramacho, com essas dez mil toneladas de lixo por dia e o que vai acontecer? Então eu queria colocar isso, realmente para uma avaliação da FEEMA e se priorizar, porque é um assunto que não podemos postergar e tem que ser feito garantindo a sustentabilidade ambiental e dentro desta sustentação ambiental, eu achei que ficou faltando na apresentação do EIA/RIMA, uma apresentação sobre o monitoramento ambiental melhor, ficou muito pobre essa apresentação. A gente sabe que um dos fatores primordiais pra garantir a sustentabilidade do empreendimento, principalmente de um aterro sanitário, é o monitoramento

ambiental no entorno do lençol freático. Então se colocou vai monitorar, mas era muito bom colocar aqui um croquinho do CTR, aonde vão estar os pontos de monitoramento, não precisa nem detalhar quantos, mas tinha que ter na audiência pública. Quer dizer, a gente não sabe quantos pontos, parece que é um ponto branco à montante e três pontos vermelhos à jusante, no entanto, para um aterro sanitário numa área de dois milhões de m², eu acho que é importante haver um número maior de pontos de medição, porque, em aterros sanitários, como foi dito, é um aterro sanitário seguro, você vai impermeabilizar, mas você não pode garantir que, no futuro, podem haver fissuras e rompimentos dessa camada impermeabilizante e a única forma da população ficar tranqüila é que o monitoramento vai ser efetivamente muito bem feito em vários pontos. Para não encarecer muito o projeto, faz esses pontos que vocês definiram, já esta previsto pela equipe técnica e eu daria a sugestão de você fazer vários pontos no entorno, coletando só o nitrogênio amoniacal. O nitrogênio amoniacal é uma análise só, é um parâmetro característico do lixo e você, qualquer tipo de rompimento, antes de acontecer um desastre ambiental ou uma contaminação do lençol freático, vocês já estão coibindo e protegendo. Agora, é importante também o monitoramento, tinha que estar mostrado aí no EIA/RIMA, na apresentação do rio da região, o monitoramento do aterro e à jusante, porque se tiver algum tipo de problema no aterro, vai chegar no rio, então essa é a garantia que a população vai ter que esta tudo controlado. O monitoramento ele é bem claro para a população e para a FEEMA. Com relação ao problema do biogás, eu teria uma outra a fazer dessa menção. Foi dito aqui que esse é um empreendimento de primeiro mundo então, se é um empreendimento de primeiro mundo, por que postergar o biogás pro futuro?, se o aterro de Gramacho, que é um aterro saturado, a COMLURB ta reaproveitando aquele biogás, por que que você vai deixar pro futuro o aproveitamento do biogás nesse empreendimento e não se implanta de imediato esse aproveitamento do biogás?, mesmo que vá ser anti-econômico, se investe no início, são dez mil toneladas de lixo pra você gerar energia, capturar carbono e garantir a sustentabilidade do empreendimento. É uma sugestão que eu daria pra FEEMA analisar, que entrasse como exigência, apesar disso aumentar um pouco o custo, possivelmente ao invés de queimar o gás, vamos aproveitar agora, ta licenciando, não vamos jogar isso pro futuro, para você deixar um problema pro futuro, o aproveitamento do biogás vai gerar energia e aumentar a sustentabilidade do empreendimento e o último ponto que eu tenho a falar que eu acho muito importante este conceito de gerar lixo e descartar. Nos temos um aterro sanitário que terá uma vida útil de vinte e dois anos e esse aterro sanitário vai receber dez mil toneladas de lixo por dia. Se nos tivéssemos na prefeitura, que ainda não existe e é um ponto que o CREA tem levado pra prefeitura do Rio de Janeiro, eu sugeriria que a FEEMA colocasse como recomendação para a prefeitura que a prefeitura, junto com a aprovação do CTR, ela se comprometesse a fazer um programa de gestão limpa pra cidade do Rio de Janeiro, que esse programa ainda não existe, que incluía a política dos três erres, que redução do lixo na cidade e o lixo gerado fazer coleta seletiva e reciclar, aí eu digo, se existisse esse programa, você poderia estar usando o CTR, porque não esta previsto no CTR. A gente viu aqui na faixa, cadê o projeto do CTR Paciência. Poderia ter um CTR, um centro de reciclagem, pegando o lixo seco que a prefeitura coletasse no Rio de Janeiro, gerando emprego para a população de catadores. Existe solução sustentável. Na minha opinião, a prefeitura esta se acomodando, não esta se preocupando com a gestão limpa de resíduos e eu acho que valeria a pena haver um compromisso da prefeitura do Rio e esse problema dos catadores poderia ser muito minimizado, se nessa área CTR tivesse um pólo de reciclagem e nessa área você conseguisse separar resíduo úmido de resíduo seco. Eu já participei de uma audiência pública pro aterro sanitário lá de Macaé, não me recordo qual foi a região, aqui inclusive gerado pela CECA e nesse aterro, inclusive no Morro do Céu, prevendo compostagem no CTR. Neste CTR você não tem nenhum ponto de compostagem, que deveria se ter e pontos de separação do lixo reciclável, se existisse uma política limpa de lixo na cidade do Rio de Janeiro.

(Presidente da Mesa) Muito obrigado pela contribuição do CREA, é disso que uma audiência precisa. É importante as informações e contribuições. Muito obrigado Professor Adacto, é claro que isso vai ser considerado na análise e gostaria que disso, uma resposta aí o autor do estudo.

(Consultor / Projetista) Bom. Antes de mais nada, gostaria de agradecer as considerações do Professor Adacto do CREA, acho que pelos detalhes que ele conseguiu expor em tão pouco

tempo, isso dá mostras do afinco com que ele analisou o projeto e uma colocação que ele expôs que é um projeto tecnicamente seguro, acho que é um grande elogio neste instante. É muito importante e isso trás motivação. Quanto a questão de que na apresentação não foi indicado os pontos de monitoramento etc., gostaria de esclarecer que na realidade a apresentação na Audiência pública é uma missão difícil, principalmente para quem fez o projeto e o estudo, ou seja, tentar resumir um estudo tão amplo, tão abrangente, em pouco tempo, em poucas imagens, mas com certeza tudo que ele colocou vai ser considerado. Eu só gostaria de esclarecer que no EIA/RIMA já foi apresentada a proposta de sete pontos de monitoramento, dos quais três poços já foram instalados e nesse poços já foram efetuadas análises físico-químicas, justamente para se ter um branco de referência da situação atual do aterro sanitário e considerando todas as legislações vigentes no assunto e, nessa questão de lençóis profundos, que no caso é a Portaria 518. Além disso, concordo com ele também quanto a importância do controle de monitoramento de forma que seja um instrumento que, efetivamente, ratifique e dê um panorama sobre a eficácia de todos os trabalhos implantados. Nesse sentido, eu gostaria de ressaltar que além de todo sistema impermeabilizante etc..., embora a condição de fundação do terreno natural com permeabilidade na ordem de 5×10^{-5} , até 10^{-6} , à rigor, por si só, atenderia a norma técnica de projeto de aterros sanitários, mas se julgou, pela envergadura do empreendimento, pela importância e pela garantia que a gente queria ter no projeto, nos agregamos a toda área a impermeabilização também com manta de PE. Bom, quanto a questão do biogás, no fundo, por um lado ele não é contemplado no objeto do que esta sendo licenciado agora, por outro, nos fizemos questão de formalizar o compromisso, justamente dentro dessa linha de pensamento e de atuação. Eu creio que hoje seria inadmissível ter um empreendimento de gestão de resíduos sólidos, principalmente como resíduos predominantemente orgânicos, se não houvesse uma visão de captura e aproveitamento, tanto do ponto de vista energético, como do ponto de vista de crédito de carbono e contribuição para o mecanismo de desenvolvimento limpo e para redução de gases do efeito estufa.

Bom, basicamente eu acho que era isso.

(Presidente da Mesa) Professor Adacto esta satisfeito com as explicações?, obrigado.

Nós tivemos algumas perguntas de pessoas da comunidade, Ana Paula, Ana Luiza, Maria Dias, no sentido de que fosse comentadas as implantações do posto de saúde na área, quais as vantagens que o empreendimento pode trazer pro bairro? e ainda, a Eco-Marapendi pergunta, quais seriam as medidas compensatórias desse projeto?, também em relação ao posto de saúde, emprego e outros benefícios que podem ser trazidos para a comunidade?

Em relação as medidas compensatórias nos temos uma legislação no Estado hoje, que dita a compensação. Ela é fixada, ela é cravada, quando da emissão da LP e ela pode oscilar entre 0,5 e 1,1 % do custo do empreendimento. Então, nos não podemos agora ainda, por não termos nenhuma licença emitida, nem parecer definitivo, qual seria essa medida compensatória. O percentual vai estar cravado na LP e depois na Câmara de compensação da Secretaria vai definir quais seriam essas compensações, mas passaria a palavra ao empreendedor que durante a apresentação do estudo de impacto foi mencionado algum tipo de compensação prévia.

(Consultor / Projetista) Bom, o Dr. Gusmão já tornou clara essa questão da compensação que no fundo isso, o valor de compensação, segundo a Lei do SNUC vai ser definida quando da formalização do licenciamento ambiental e por outro lado, embora essa vinculação da compensação, o projeto já contempla e isso em função de já ter sido considerado na própria contratação do projeto, por parte da COMLURB, benefício para o entorno, como posto de saúde, creches, escolas, área de lazer etc... e além disso, a gente gostaria de ressaltar o Centro de Educação Ambiental que no fundo vai ser um instrumento não só de interface, mas que permita, efetivamente, uma espécie de fiscalização e controle direto da população em relação ao empreendimento.

(Presidente da Mesa) Nos temos aqui a presença do Vereador Rubens Andrade. Boa noite e obrigado pela presença.

(Vereador Rubens Andrade) Senhores e Senhoras boa noite, boa noite a mesa. Primeiro cheguei aqui atrasado devido ao transito, mas não estou conseguindo entender a distância da mesa para as pessoas que estão fazendo uso da palavra, segundo que eu não consigo entender nada do que vocês falam ali, aqui parece que tem algum retorno, pelo avançar da hora e pelo

histórico dessa Audiência que esta para acontecer há muito tempo é importante aqui nessa noite registrar que mais uma vez o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro prefeito Cesar Maia que nos legou ai o mosquito da dengue, os buracos que se encontram não só aqui na Zona Oeste, a zona Sul, enfim a cidade como um todo e que agora desperdiça 460 mil reais na cidade da música e com o drama que nos vivemos na saúde pública em nossa cidade é o responsável por cometer uma atrocidade contra a população da cidade do Rio de Janeiro; faço questão nessa audiência pública que fique registrado e porque. Porque para ganhar uma eleição em 2000, esse prefeito distribuiu aqui na Zona Oeste mais particularmente em Paciência, um documento contrário a implantação do lixão de Paciência, mais ainda, condenava a Julio Simões porque o projeto e a licitação que se deu no governo Conde, foi uma fraude e que na gestão dele tudo faria para que não se concentrasse na Zona Oeste cerca de nove mil toneladas dia por vários motivos, pelo custo operacional de trazer lixo de toda parte do Rio de Janeiro, concentrando apenas em um local da Zona Oeste da cidade, e dizia mais neste documento, pelo custo operacional, pelo risco da inviabilidade nas estações que seriam recolocados em carretas esse lixo e que depois poderiam surgir vários problemas operacionais ao longo da Av. Brasil ou de outras vias. Então é importante ficar registrado aqui nessa Audiência que o Prefeito Cesar Maia com todo legado que diz deixará para a cidade do Rio de Janeiro, deixa para a população da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, 9 mil toneladas dia de lixo. Estudamos essa matéria porque fui o primeiro presidente da Comissão especial da Câmara na legislatura passada em relação ao aterro sanitário de Paciência e apontávamos com a responsabilidade que o prefeito da cidade do Rio de Janeiro deveria repensar. Repensar não só no sentido que a Zona Oeste não tenha seu CTR, não, pelo contrário, deveria ter sim, mas para o lixo que é produzido aqui e não para toda a cidade do Rio de Janeiro.

Segundo, deveria seguir o exemplo de São Paulo que tem dois e opera ainda em caso de acidentes, com o de Guarulhos, porque quem tem um, não tem nenhum. A verdade é essa, promovemos duas visitas ao aterro sanitário de Nova Iguaçu, que foi a terceira colocada na concorrência pública, aqui na cidade do Rio de Janeiro e apontávamos que a prefeitura deveria utilizar uma parte daquela unidade, assim como deveria montar também um consórcio com Itaguaí, Seropédica, Mangaratiba, Angra dos Reis, para uma implantação em Itaguaí. Porque áreas existiam também, como local à disposição, e falávamos muito mais, a baixada de Jacarepaguá na AP4, que pega o lixo da barra da Tijuca, Recreio e Jacarepaguá, deveria ter o seu CTR também, eu vejo aqui: só não quer emprego quem é burguês – CTR sim, mas a burguesia da nossa cidade fica do outro lado da cidade. Quem mandou fazer aquela faixa ou pagou, gostaria de ver se fosse colocado lá na área onde nos pretendíamos, no PEU das Vargens, lá em Vargem Grande, se certamente estria fazendo faixas como essa para tratar lá, cuidar do lixo da Barra, Recreio e das Vargens, pois bem, mas o prefeito Cesar Maia, tudo aquilo que ele condenava na campanha de 2000, mais uma vez, ao chegar ao poder fez de forma contrária e mais uma vez enganou a pobre da cidade do Rio de Janeiro, levando adiante um projeto que a vida dirá, a vida vai responder em relação aquela área e eu uso aqui esta audiência pública até porque eu vou perguntar aos senhores, que vão responder e eu não vou conseguir ouvir, porque a formatação da audiência não dá condições dessa interação como a que nos tivemos no Luso, não dá, tecnicamente não dá, esta se cumprindo aí um rito “legal” e como parlamentar e político reeleito pela população da cidade do Rio de Janeiro, tenho que me posicionar politicamente, já que tecnicamente já nos posicionamos e o responsável e aí eu sei, que tem uma briga judicial, técnica entre as empresas, isso não é, não cabe, não cabe aqui eu entrar nesse mérito, porque o prefeito Cesar Maia é o responsável de jogar nove mil toneladas de lixo para nossa população nessa área, onde o IDH é baixo, onde aquela comunidade do entorno não tem galerias de águas pluviais, não tem creche para atendimento de 0 a três anos e onze meses, onde o posto de saúde em Jardim Palmares é uma loucura, falta médicos, falta insumos, falta infra-estrutura e atendimento, porque eu tenho um amigo médico, até recentemente médico naquela unidade e readaptado, porque não tinha condições de atender a população no nível de miserabilidade, de fome, de emprego, enfim de toda uma situação ali e que o prefeito Cesar Maia leva para essa população lixo. Então, é importante registrar oficialmente e vamos trabalhar, trabalhar para derrotar essa concepção autoritária, prepotente, arrogante, cínica, mentirosa que é a derrota da candidata do senhor prefeito, a Deputada Solange

Amaral e dizia para a população da Zona Oeste que além de não cuidar da qualidade de vida da população e da saúde, trás para essa população o lixo da burguesia. É importante que fique registrado tudo aqui essa noite e lamentar o processo como ele se deu, profundamente, que fique registrado aqui essa noite.

Quanto a questão técnica, poderíamos estar aqui discutindo a ASA, as nascentes, o acesso aquela região e seu entorno super ocupado, a linha de Austin. Quem conheceu a linha de Austin há 25 anos atrás e conhece hoje o que ta colocado ali, Saguassú em seu entorno, enfim, toda aquela situação, que lamentavelmente, o prefeito Cesar Maia deixa como legado para a população da cidade do Rio de Janeiro, nove mil toneladas dia de lixo. Então quero aqui democraticamente registrar, eu nunca estive em cima do muro, que vamos continuar nessa luta, essa luta que não é da irresponsabilidade, pelo contrário, a Zona Oeste deveria ter a sua unidade de tratamento de resíduos para o lixo que aqui é produzido e ter outras. A história vai responder como esta respondendo, em relação a Gramacho. Aí, sem paixões, sem querelas, sem dúvidas de que nos estamos no caminho certo de defender a qualidade de vida da população da nossa região da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

(Presidente da Mesa) Vereador, eu queria na qualidade de presidente da mesa, agradecer a sua forma delicada, clara e objetiva, de colocar vários problemas que todos aqui tem consciência e concordam com o senhor integralmente. É claro que o tempo dirá o que vai acontecer na região e o que vai acontecer também, no nosso município, de uma maneira geral, em relação aos resíduos. Agora, a única satisfação que eu queria deixar para o senhor, mais clara, é que quando se colocou este ambiente para se fazer a audiência, é porque a previsão era de cerca de 4 a 5 mil pessoas e estas pessoas poderiam ficar numa situação de risco, ou mesmo numa situação de dificuldade, caso houvesse conflitos, porque alguns empreendimento como cemitérios, como o senhor bem falou, cemitérios, aterros sanitários, aeroportos, empreendimentos que a sociedade precisa ter e são polêmicos, que ninguém quer ser vizinho dessas atividades. Passam por esse processo de discussão. Então um local que entendeu-se que o empreendedor entendeu e propôs ao Estado, a realização aqui é porque quatro outras tentativas da realização de uma audiência foram frustradas, porque houve conflito, o local não era adequado, enfim, eu só quero elogiar.

O senhor ta escutando o que eu estou falando? Ta entendendo? Tudo? Entendeu tudo o que eu disse? Não compreendeu? Só isso. Porque eu não perdi uma palavra sua. A sua dicção é perfeita. Então eu só queria lhe dar essa satisfação, no sentido do porque foi escolhido esse local, no sentido de que as pessoas pudessem ter segurança. Agradeço também as autoridade de segurança do Estado que colocou um contingente com pessoas muito educadas, treinadas e preparadas, que houvesse respeito as pessoas e as pessoas pudessem se manifestar como o senhor fez de forma brilhante. Agora, se o som podia ser melhor, se a localização e a proximidade, também eu concordo e agradeço a sua colocação.

Muito bem. Temos aqui uma pergunta também muito interessante, feita pelo senhor Anderson Nascimento.

Quais as medidas mitigatórias, para evitar que o chorume seja derramado nas vias de acesso a CTR? Esse problema é recorrente na CTR de Nova Iguaçu, o que não é o caso aqui, mas por favor, quais os procedimentos caso haja um acidente ou um derramamento de chorume no transporte?

(Consultor / Projetista) Quanto as medidas mitigadoras em relação ao chorume, cabe esclarecer o seguinte, que todo o transporte de chorume, ele vai ser de lixo, desculpa, ele vai ser efetuada, encaminhado para o CTR através de carretas advindas das estações de transferência e elas vão ser totalmente estanques, e é um cenário, o senhor Anderson comentou sobre o resíduo que chega e Nova Iguaçu, que eu creio, salvo engano, são resíduos transportados por coletores compactadores, que também por outro lado, também deveriam estar estanques. De qualquer maneira o fato da logística imposta no sistema de limpeza pública, do Rio, da COMLURB que contempla estações de transferência e uma organização de encaminhamento à partir de veículos de grande capacidade até o aterro sanitário, ou seja, um controle de partida e chegada. Ele permite uma fiscalização de monitoramento praticamente absoluto. Então, se eventualmente, como eu tenho certeza de que não vai haver, haja algum problema, mesmo que estatístico, isto vai ser detectado imediatamente.

(Presidente da Mesa) Perfeito, eu queria lembrar a todos que na audiência pública hoje nos ouvimos as pessoas presentes, as perguntas foram formuladas, é natural que num ambiente com cerca de duas mil pessoas haja conflito, isso é demonstração de cidadania, talvez mais organizada a turma teríamos um melhor rendimento, mas as pessoas foram informadas do projeto, deixar claro também, que no início da audiência, vou repetir pra ficar bem claro, chegou através de um oficial de justiça de Duque de Caxias, uma liminar no sentido da suspensão da audiência e nos então recebemos o nosso colega o Oficial de Justiça, recebemos o documento e conversamos com ele, na leitura do documento, para tomarmos conhecimento. Apoiados, claro, pela assessoria jurídica da Secretaria do Ambiente, em seguida chega um documento, um fax, não chega um novo Oficial de Justiça, chega um fax, do Presidente do Tribunal de Justiça que examinou aquela liminar e fez uma contra ordem no sentido de realizar-se a audiência e eu, na qualidade de Presidente, fui cientificado disso. Tomei ciência que não poderia deixar de realizar. Então deixar isso bem claro, tanto no início, como no final da audiência, para mostrar o caráter de legalidade aqui do nosso encontro, mas queria também agradecer as pessoas que ficaram envolvidas na segurança do encontro, mas agradecer de coração, como pai, como chefe de família, no sentido que vocês proporcionaram um ambiente agitado, mas seguro, por isso então estão todos de parabéns., Quero agradecer as pessoas que participaram da mesa e agradecer também a delicadeza e a educação de todas as pessoas que permaneceram aqui até o final e declaro encerrada a audiência pública do projeto do CTR-Rio, centro de tratamento de resíduos e que Deus nos proteja no retorno as nossas casas. Muito obrigado.